

Imprensa brasileira no contexto da independência: da constelação luso-brasileira às redes de comunicação

Brazilian press in the context of independence: from the Portuguese-Brazilian constellation to the communicational networks

Marialva Carlos Barbosa¹

Universidade Federal do Rio Janeiro (Brasil)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8875-7128>

Recibido: 30-04-2022

Aceptado: 26-05-2022

Resumo

O artigo mostra a importância da expansão de periódicos no Brasil no contexto da independência, formando redes de comunicação, e os significados que a palavra impressa ganhou nesse momento inicial de formação de um espaço público no qual as discussões políticas tomavam as ruas. O foco são as diversas teias narrativas que podem ser vistas nos próprios periódicos e que revelam suas filiações ideológicas e as significações que atribuem aos seus posicionamentos políticos e à palavra impressa. Do ponto de vista metodológico, percorremos os textos dos jornais para também interpretar as razões de proliferação dos impressos, percebendo nos pormenores indiciais dos escritos os múltiplos

¹ (marialva153@gmail.com). Professora Titular de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Entre seus livros publicados destacam-se História da Comunicação no Brasil (Vozes, 2013); História Cultural da Imprensa no Brasil (em dois volumes, Mauad, 2007 e 2010); Manuscritos do Brasil. Uma rede de textos no longo século XIX (EDUFF, 2018). Entre os artigos publicados mais recentemente destacam-se: Circuitos Comunicacionais da Imprensa no Brasil do Século XIX: Olhares Sobre o Momento Inicial. *MATRIZES* (ONLINE), v. 16, p. 75-98, 2022; Leitores e jornais: vestígios de uma travessia em direção às leituras do início do século XX. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 9, p. 41-65, 2020; Gripe espanhola: fluxos encadeados de memória e lapidação das lembranças. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 14, p. 820-831, 2020; e História da mídia: comparar ou conectar? *RIHC. Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, v. 18, p. 126-141, 2022, este último em co-autoria com Eduardo Gutiérrez (Universidad Javeriana, Colômbia).

sentidos atribuídos à ação de fazer circular publicações. Portanto, o foco central do texto são as teias comunicacionais que emergem, procurando interpretar contextos com base na centralidade do comunicacional.

Palavras-chave: imprensa, independência, contextos comunicacionais, comunicação.

Abstract

The article reveals how important the expansion of newspapers in Brazil during the context of independence was, building communicational networks, besides the meanings of the printed word had in this initial moment of composition of a public space in which the political issues took to the streets. We focus on the many narrative networks that can be seen in the newspapers and that show their ideological affiliations and the meanings attributed to their political position and to the printed word. In the methodological perspective, we delineate the texts of the newspapers to also interpret the reasons of the dissemination of the newspapers, noticing in the indicative details multiple senses attributed to the action of circulating publications. Therefore, the focus here are the communicational networks that emerge, trying to interpret contexts based on the communicational centrality.

Keywords: press, independence, communicational contexts, communication.

As tramas narrativas e temporais de um mundo visto cada vez mais pelas lentes dos impressos que se insinuaram no Brasil, a partir de 1808, quando a imprensa começou a circular ainda que timidamente na capital da Corte, mas sobretudo a partir de 1821, no contexto do movimento político pela independência, podem ser percebidas por uma miríade de olhares. Cada espaço territorial do vasto território denominado Brasil tem especificidades no que se refere aos modos e às práticas de comunicação, mas observa-se, a partir desse momento, a intensidade com que as formas letradas de comunicação passaram a conter cada vez mais gestos do mundo oral. Os dois mundos estão nitidamente presentes naqueles periódicos que fizeram explodir a palavra pública no Brasil dos 1820.

A partir de 1821, com a liberdade de expressão recentemente conquistada², houve a proliferação de impressos, permitindo a formação de redes de

² Uma das primeiras medidas da Junta de Governo português após a Revolução Constitucional foi decretar a liberdade de imprensa, em 21 de setembro de 1820. Um mês depois, em 13 de outubro, foi liberada a circulação dos impressos portugueses fora de Portugal. D. João VI, por sua vez, assinou em 2 de março de 1821 decreto suspendendo provisoriamente a censura prévia na imprensa em geral (Morel 2005a: 205).

comunicação. Neste texto vamos nos deter aos momentos iniciais da imprensa no contexto da independência, identificando o que chamamos, também em outros textos, explosão da palavra impressa (Barbosa 2013). O foco central do artigo são as teias comunicacionais que emergem, procurando interpretar contextos com base na centralidade do comunicacional³.

Os olhares lançam-se a princípio na direção de um tempo anterior a 1822. O ano de 1821 pode ser considerado o momento áureo da imprensa brasileira no sentido de sua atuação nos espaços públicos. Naquele ano começou a circular na cidade imperial dez novos jornais. Assim, a “praga dos periódicos”, referida pelos contemporâneos em relação ao movimento de proliferação de jornais em Portugal (Neves 1999), também existia no Brasil às vésperas da independência: só no Rio de Janeiro, entre 1821 e 1822, surgiram 21 novos periódicos⁴.

Mas o movimento de construção de trilhas para a inclusão dos modos impressos de comunicação, que transitam pelos modos orais, sendo por eles também configurados, num movimento sempre intercambiável, começou alguns anos antes.

Da constelação da imprensa luso-brasileira aos jornais da independência

Mesmo antes desse momento inicial de explosão da palavra impressa, no contexto da independência, jornais europeus, apesar das proibições, circulavam no Brasil desde o século XVIII. Os impressos transpunham mares e faziam seus

³ Muitos são os pesquisadores que ao longo de décadas têm se ocupado em pesquisar diversos aspectos das tramas históricas da imprensa no período da independência. De obras de síntese a estudos mais específicos, são muitas as análises realizadas. Sob pena de esquecer muitos, não podemos deixar de nos referir, no que diz respeito às pesquisas mais contemporâneas, aos estudos de Marco Morel e Isabel Lustosa; às sínteses interpretativas de Tania de Luca (incluindo seu *História da imprensa no Brasil*, em coautoria com Ana Luiza Martins); as reflexões de Marcello Basile; os estudos sob circulação de ideias na América portuguesa de Luiz Carlos Villalta; os estudos de Lucia Bastos que analisam o debate político e os folhetos impressos que surgiram no Rio de Janeiro entre 1820-1822, pela ótica da emergência de uma cultura política; as pesquisas de Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Silva Gouvêa e, mais recentemente, Luís Francisco Munaro, entre dezenas de outros. Como destaca Morel (2005b), ao longo de cerca de um século e meio de estudos sobre história da imprensa brasileira, as perspectivas foram as mais variadas. Assim, seja pelo viés historicista, seja pela perspectiva socioeconômica, seja pela incorporação das abordagens culturalistas ou políticas, pode-se dizer que existe ampla e heterogênea massa de estudos históricos que, desde o século XIX, trata do tema da imprensa e independência do Brasil.

⁴ São eles: *O Amigo do Rei e da Nação* (1821); *Bem da Ordem* (1821); *Conciliador do Reino Unido* (1821); *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878); *Despertador Brasiliense* (1821); *O Espelho* (1821-1823); *Jornal dos Anúncios* (1821); *A Malagueta* (1821-1822); *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822); *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum* (1821-1822); *Anais Fluminense de Ciências, Artes e Literatura* (1822); *Brasil* (1822); *Compilador Constitucional* (1822); *Constitucional* (1822); *Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823); *Macaco Brasileiro* (1822); *O Papagaio* (1822); *Malagueta Extraordinária* (1822-1824); *O Regulador Brasileiro* (1822-1823); *Verdade Constitucional* (1822); e *O Volantim* (1822).

leitores viajar por lugares em imagens de terras distantes das quais se produziam múltiplos relatos, informações, opiniões e ideias. No Rio de Janeiro circulava, sobretudo, a *Gazeta de Lisboa*, mas também podiam aportar na cidade diversas outras publicações impressas em Portugal. Circulavam também vários jornais produzidos em outras regiões da Europa e recebidos no Brasil.

Assim, no século XIX, palavras mobilizadoras passaram a fazer cada vez mais parte de uma paisagem letrada em que novos intelectuais se moviam: de um lado, escritores patrióticos e liberais; de outro, os nostálgicos da república das letras de meados do século XVIII. Nesse ambiente efervescente de ideias, os espaços públicos transformavam-se sob os olhares e a ação dessa primeira geração dos gazeteiros brasileiros (Morel e Barros 2003: 16).

Devemos remarcar igualmente a existência de uma república das letras, tal como classifica Luís Munaro (2018), entre os portugueses, a partir de 1808, por meio da publicação de um grande número de jornais. Em Londres, por exemplo, circularam oito jornais lusófonos após a iniciativa pioneira de Hipólito José da Costa, fundador do *Correio Braziliense*. Essas redes de comunicação cujas portas foram abertas pelo jornalismo sobressaem em três territórios: Inglaterra, França e Brasil.

Portanto, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico a circular no Brasil, em 1808, ainda que tenha sido um impresso oficial da Impressão Régia, foi sobretudo um veículo de produção e expansão desses vínculos diaspóricos, assim como *Idade d'Ouro do Brasil*, surgido em Salvador, Bahia, em 1811. Os poucos periódicos publicados no Brasil até 1821 faziam parte da constelação de uma imprensa luso-brasileira que, ainda com diferenças, partilhava um universo de referências comuns.

Esse cenário, entretanto, mudou radicalmente a partir da década de 1820. Nesse período, identificado como de formação da esfera pública no Brasil (Morel 2005a), começou a se fazer sentir de maneira consistente a emergência de uma imprensa brasileira, dividida, inicialmente, em três modos operacionais de produção: os diários, as gazetas e os jornais. Os primeiros, os diários, eram os que se ocupavam de maneira prioritária das questões do cotidiano, publicando avisos, informações as mais variadas, quase sempre sob demanda dos próprios leitores. Já as gazetas eram aquelas que faziam da tomada de posição política explícita o sentido das próprias publicações, além de divulgar outras informações (diríamos hoje notícias) nacionais e estrangeiras. Por fim, os jornais, cujo principal objetivo era iluminar seus leitores com vasto cabedal de conhecimentos, difundiam temas de ciência, literatura, artes, entre outros. Assim, enquanto as gazetas tinham o papel de divulgar notícias, o jornal deveria ser mais erudito e analisar várias temáticas, como história natural, comércio, economia, política e também publicar poesias e literatura (Silva 2007). O jornal era produzido por alguém que se individualizava como letrado,

enquanto o gazeteiro não deveria exibir sua verve nem a profundidade de seu conhecimento.

Há que se remarcar ainda a constituição de periódicos mais ou menos inflamados que no contexto da independência do Brasil tiveram papel central “no desenvolvimento de uma consciência política no âmbito de uma esfera pública” (Morel 2005a: 22). Esse período caracteriza-se, portanto, como da passagem de um espaço público marcado por formas de comunicação típicas dos antigos regimes (com as gazetas, pregões, bandos, cartazes impressos e manuscritos nas ruas, leituras coletivas, entre outras formas) para outro no qual se consolidavam os debates por meio da imprensa. Todavia, as formas antigas de comunicação continuaram presentes mesmo após a consolidação da imprensa periódica, tendo importante papel na difusão da palavra pública no Brasil, uma vez que os ecos da oralidade fazem parte de uma cultura duradoura no país, sendo fundamental para a compreensão dos modos e práticas comunicacionais.

No espaço tomado pelos debates em torno da independência, a imprensa assumiu outra configuração. Cabia a ela promover ecos dos debates que saíam cada vez mais dos espaços privados para ganhar a cena pública. Como agente de práticas culturais e comerciais e mediadora de novas ideias, foi construindo o palco nas ruas, praças, avenidas, tabernas, gabinetes de leitura e outros estabelecimentos, como boticas e tipografias, para debates acalorados em torno dos fatos que produziam a efervescência política daqueles dias. Nesse espaço tomado por disputas verbais em torno da independência, os periódicos figuravam lado a lado com folhetos, panfletos, cartazes, impressos e manuscritos destinados à propagação das ideias. Assistia-se também à proliferação de jornais, que travavam lutas acirradas para conquistar a opinião pública, conseguindo adeptos que com eles se identificassem e, assim, passassem a ser seus leitores sistemáticos.

Redes de comunicação no contexto da independência

A expansão das redes de comunicação sob a forma de periódicos se estendeu de maneira crescente entre as décadas de 1820 e 1830 em diversas regiões do país. No período começaram a ser editados jornais em Pernambuco, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás (Quadro 1).

Quadro 1 – Primeiros jornais impressos nas províncias brasileiras (1810-1830)

Ano	Província	Jornal
1811	Bahia	<i>Idade d'Ouro do Brazil</i>
1821	Pernambuco	<i>Aurora Pernambucana</i>
1821	Maranhão	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
1822	Pará	<i>O Paraense</i>
1823	Minas Gerais	<i>O Compilador Mineiro</i>
1824	Ceará	<i>Diário do Governo do Ceará</i>
1826	Paraíba	<i>Gazeta do Governo da Paraíba do Norte</i>
1827	São Paulo	<i>O Farol Paulistano</i>
1827	Rio Grande do Sul	<i>Diário de Porto Alegre</i>
1829	Rio de Janeiro (Niterói)	<i>O Eco na Vila Real da Praia Grande</i>
1830	Goiás	<i>Matutina Meyapontense</i>

Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1994, p. 93 (apud Barbosa 2013: 69)

No Quadro 1, verificamos, em pouco mais de uma década, o surgimento de periódicos de Norte a Sul, incluindo os núcleos mais distantes do país: os três grandes espaços territoriais dos anos 1820 – o Oeste marítimo (que incluía o Grão-Pará, Maranhão e as demais províncias do Norte), os governos gerais do Leste (Bahia, Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul) e os governos do interior (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) – tinham periódicos em circulação. Observando as publicações, que difundiam debates e ideias, insultos e injúrias, informações que julgavam úteis e pertinentes, numa multiplicidade de conteúdos que revelavam muitas ordens comunicacionais, podemos afirmar que existiam entre elas semelhanças tanto no que diz respeito às suas narrativas quanto às suas materialidades.

Em relação ao conteúdo, priorizavam-se informações oriundas dos territórios onde estavam inseridos. As notícias da Europa que tinham primazia na velha *Gazeta do Rio de Janeiro* ocupavam cada vez menos espaço. Por outro lado, o que se passava na capital imperial, sobretudo em tempos de efervescência política, era publicado, ao lado de outros debates que falavam mais diretamente aos interesses locais. Com frequência se divulgavam informações de diversas províncias, ampliando as redes e circuitos comunicacionais existentes. O diálogo intenso com o público também estava presente; habitualmente se publicava, ainda que encoberta sob pseudônimos, a opinião do público, em geral sob a rubrica Correspondência. Ali estavam muitas opiniões sobre esses tempos políticos de efervescência.

Impressos em uma ou duas colunas, em formato *in quarto*, com dimensões normalmente de 31 × 21 cm, os periódicos traziam quase sempre uma epígrafe, em latim, que sintetizava sua intenção. As dificuldades de produção – tipografias acanhadas e sem material tipográfico, falta de mão de obra, o que obrigava muitas vezes o redator/proprietário da publicação a realizar todo o processo produtivo, incluindo sua impressão – também se deixavam ver nas materialidades dos impressos. Era comum a chegada de novas tipografias aos jornais mais importantes da capital do império significar a aquisição das velhas prensas por redatores das províncias mais distantes que se aventuravam na produção de periódicos no momento inicial da imprensa brasileira. Algumas eram mais organizadas, outras nem tanto.

Quando do surgimento, em Pernambuco, do *Relator Verdadeiro*, em 13 de dezembro de 1821, e que veio substituir a *Aurora Pernambucana*, além de destacar a necessidade que o governo provisório identificava na circulação entre o público das “notícias políticas do tempo”, informavam-se as dificuldades enfrentadas na produção do periódico. A não disponibilidade de tipos, por exemplo, impedia-o de sair regularmente.

Tendo desaparecido a turbulenta e carrancuda Aurora [...]; fazia-se indispensável que houvesse um periódico, ditado pelo espírito de retidão e de imparcialidade: e o Exmo. Governo Provisório resolveu que em nova redação se desse ao público as notícias políticas do tempo. O presente jornal, por isso mesmo, que *não temos por agora tipos suficientes, jamais poderá sair regularmente*: e por esta causa não lhe assinamos dias determinados (Relator Verdadeiro, 1821a, p. 1, grifo meu).

Outras questões, entretanto, foram minuciosamente planejadas do ponto de vista dos processos produtivos. *O Conciliador do Maranhão*, por exemplo, cujo primeiro número impresso saiu em 10 de novembro de 1821, publicou na sua primeira edição o regulamento do funcionamento da tipografia e nele é possível perceber a complexidade da instalação de um estabelecimento dessa natureza às vésperas da independência.

Ao receber “a imprensa, utensílios, operários e os mais objetos relativos à tipografia que deve estabelecer-se nesta província”, o governo local encarregou-se de nomear “uma administração regular”, composta de um diretor e uma comissão presidida por um desembargador. Faziam ainda parte da administração um tesoureiro e um secretário (cargo também ocupado pelo diretor). Cabia à comissão implantar a tipografia, definindo o número de empregados, seus deveres e salários; o método dos trabalhos; a fiscalização dos tipos e artigos tipográficos; os preços dos impressos contratados e dos anúncios publicados; e a escrituração e a contabilidade da empresa (*O Conciliador do Maranhão*, 1821, p. 1). Trata-se, portanto, da implantação de um complexo estabelecimento

envolvendo a produção de algo até então desconhecido: o impresso. Daí a necessidade de com os prelos virem também utensílios técnicos e operários capazes de realizar trabalho tão complexo.

A implantação das tipografias era noticiada por periódicos de outras províncias, nas quais novos jornais cada vez mais se insurgiam na cena pública. Os circuitos comunicacionais existentes também se tornavam visíveis nas notas que aplaudiam o aparecimento de outros periódicos. A autorreferenciação de uns pelos outros revela, entretanto, mais: dá a ver, sobretudo, a teia de círculos letrados que se identifica e se percebe como tal, o que impõe igualmente o reconhecimento público de suas ações, perseguido na publicação sistemática desse tipo de informação.

Maranhão tem de presente ótima tipografia, lemos impresso no anúncio em que se promete pelos redatores um jornal intitulado O Conciliador do Maranhão, ele tem de apresentar matérias instrutivas, que desempenhadas com erudição e sucesso tornarão aquele periódico não pouco interessante (Relator Verdadeiro, 1821b, p. 1, grifo meu).

Debates, insultos, polêmicas: muitas ordens comunicacionais

A questão central que norteia este subitem é por que durante 20 anos do século XIX (1820-1840) houve tanta necessidade de transformar informações, maledicências, embates, divergências, ideias e opiniões em letras impressas nos periódicos, apesar das inúmeras dificuldades que representavam imprimir e editar jornais?

O papel predominantemente político que os periódicos possuíam, construído pelos debates e argumentos de uma cultura política que circulava de maneira contundente num espaço público multifacetado, foi o fator determinante para a proliferação dos impressos. Muitos deles, chamados de pasquins (Sodré 2011), tinham enorme importância. Por eles se definia a posição política, se difundiam opiniões, se insultava e se discutia a formação possível do território em meio às ferrenhas lutas por emancipações e posicionamentos. A imprensa do período era prioritariamente estruturada do ponto de vista discursivo como jornalismo de natureza política.

Não havia um único jornalismo, e sim jornalismos. Se esses jornalismos políticos se constituíam no espaço público na força da palavra impressa, envolvida na construção de uma identidade nacional e na busca de um projeto de consolidação das instituições brasileiras (Ribeiro 2004), há que se considerar que tendências díspares, discursos múltiplos, filiações diversas se colocavam diante dos impressos como expressão de uma palavra válida. Múltiplos setores instrumentalizavam a produção dos jornais, e os gazeteiros e pasquineiros

tinham perfis bastante diferenciados. Era, portanto, nesse cenário multifacetado que se produziam jornais predominantemente políticos, mas que também se incluíam outros sentidos possíveis como expressão discursiva.

Numa sociedade marcada pela importância e pela força da palavra oral, aos impressos era destinada também a tarefa de aplacar boatos, burburinhos, rumores, tão propícios no mundo da oralidade. Num jogo duplo e como contraponto, a palavra impressa foi se revestindo, aos poucos e num longo processo, do valor de um discurso tido como verdadeiro. Destinava-se a ela, por exemplo, a função de aplacar rumores:

Sua Ex. o Senhor Presidente da Província *manda fazer público para tranquilizar os ânimos dos habitantes desta vila*, atemorizados com a notícia de que os salteadores de Jacuípe pretendiam assaltá-la; e que por ofícios do Comandante Geral acaba de saber que eles foram ultimamente batidos com grande vantagem nossa e perda dele (Recopilador Sergipano, 1833, p. 1, grifo meu).

A nota assinada pela Secretaria do Governo de Sergipe servia para aplacar boatos e vozes que corriam pelas tramas da oralidade cuja palavra impressa podia atestar a sua veracidade. O sentido de comunicação verdadeira fazia dos impressos meios fundamentais, já que, como perenes, construíam o valor de permanência que a imortalização em tipos produzia e, com ela, a construção do que deveria ser interpretado como única verdade possível.

A imprensa servia para que atos e providências de diferentes governos chegassem ao conhecimento de todos, mas tinha outras funções também: definir a posição política; expressar opiniões e juízos de valor; discutir assuntos cotidianos; ampliar conhecimentos, dando aos que a manejavam o privilégio de instruir, levando as luzes àqueles que estavam imersos nas trevas da ignorância.

Nesse momento muitos simbolismos foram construídos em torno da palavra, que, ao ser fixada, se transformava em verdade duradoura, ao mesmo tempo em que passava a ser possível a sua expansão por vastos territórios.

Pelo órgão da imprensa livre se dá vida aos preceitos das ciências e das artes; propagam-se os grandes inventos, perpetuam-se as ações dos heróis, transmitem-se através dos séculos às futuras gerações a relação dos usos e costumes e dos sucessos famosos. Daqui se vê, pois, que a liberdade de imprensa é essencial em uma nação livre; sem ela desaparecerá a ilustração e na falta desta não há liberdade. Fundados, pois, neste princípio de verdade, é que tomamos a tarefa de escrevermos este periódico, que sob o honroso título de Paraense começa hoje a representar no jornalismo brasileiro (O Paraense, 1822).

No artigo de apresentação do periódico da Província do Grão-Pará, observamos os sentidos que os jornais se atribuíam, além de sua posição claramente partidária. Difundir conhecimentos ilustrados era uma de suas

tarefas, e para eles era fundamental a *liberdade de imprensa*, considerada como *princípio de verdade*. Só com essa liberdade poderiam representar o jornalismo brasileiro. Outro aspecto destacado no pequeno trecho é a perenidade do impresso: fixando-se num suporte duradouro, havia a certeza da imortalidade do que seria ali registrado. Mas, fora isso, os jornais pretendiam ser tribuna política e iluminar espíritos incultos.

Colocando-se a favor da monarquia e da constituição, que se propunham a defender, justificavam a criação do periódico, sobretudo, por essa finalidade definida como nobre e patriótica.

Os próprios jornais encarregavam-se de divulgar suas filiações políticas. Às vésperas do período regencial (1830-1841), nos “juízos críticos” que publicavam regularmente, caracterizavam-se os periódicos como pertencentes a dois grupos configurados: “os ministeriais”, que defendiam cegamente o governo; e os liberais, que “censuravam a torto e a direito” tudo o que não era obra do governo. Liberais e servis eram outros qualificativos com frequência utilizados: ou a favor dos brasileiros ou alinhados aos portugueses; ou ainda “carcundos”, como adjetivo síntese daqueles que defendiam os valores contrários à independência⁵.

Portanto, ainda que haja hoje muitas interpretações sobre as filiações políticas dos periódicos no contexto da independência, é importante perceber como os sujeitos históricos daquele tempo identificavam esses posicionamentos. A rigor, o que destacam é a dualidade de posição, que coloca numa mesma trincheira os que são a favor da independência e os que contra ela se voltavam. De um lado, os ministeriais; de outro, os liberais. Ou ainda: de um lado, os liberais; e de outro, os servis⁶.

⁵ Lúcia Maria Bastos P. Neves (1999) explica que as ideias liberais colocadas na ordem do dia pelo vintismo português ganharam divulgação exponencial no Brasil, por meio de uma quantidade extraordinária de folhetos e jornais, muitos dos quais circulavam entre os dois lados do Atlântico. De início, tendo por tema central o constitucionalismo, essa cultura política caracterizou-se por uma crítica, tanto no Brasil como em Portugal, quase unânime aos partidários do antigo regime, os *corcundas*, mas as contradições e o questionamento à integridade do império luso-brasileiro seriam ampliados no ano seguinte, no contexto da independência. A partir daí, o constitucionalismo converteu-se em separatismos. *Corcunda* (ou *carcunda*) referia-se, portanto, de maneira depreciativa a todos que estavam a serviço do antigo regime, contrários às ideias constitucionais das cortes soberanas de Lisboa e favoráveis ao absolutismo. Segundo o *Dicionário corcundativo* (1821 *apud* Neves 1999: 5), o termo significava “homem, que afeito e satisfeito com a carga do despotismo, se curva como o dromedário para recebê-la; e trazendo esculpido no dorso o indelével ferrete do servilismo, tem contraído o hábito de não mais erguer a cabeça, recheada das estonteadas ideias de uma sórdida cobiça”.

⁶ Morel e Barros (2003: 25-27) indicam a complexidade desses debates no momento de “verdadeira explosão da palavra escrita e impressa”: inicialmente a questão central que animava as discussões era se a família real portuguesa deveria permanecer no Brasil ou retornar a Portugal e com ela a “disputa entre os que constituíam os dois principais Reinos da Coroa portuguesa”. Assim, nesse momento, definidos como de “surgimento da opinião pública”, os debates não estavam direcionados para a questão da independência do Brasil, mas sim “para uma tendência a reforçar o papel do Brasil no interior do Reino português”. Foi nesse contexto que aumentou o antagonismo entre os partidários dos reinos do Brasil e de Portugal, ampliando a contumácia dos insultos destinados a ambos os lados. O tema da independência só foi aparecer de modo mais evidente entre os fins de 1821 e começo de 1822.

Isso é o que faz, por exemplo, *A Luz Brasileira*⁷ ao publicar o que chama “Golpe de vista sobre os gazeteiros de todo o Brasil”, numa série que teve início em 15 de setembro de 1829 e continuou por quatro edições, só terminando em 22 de setembro daquele ano. Procurando caracterizar o jornalismo brasileiro com base na tomada de posição explícita do ponto de vista político, *A Luz Brasileira* começou a apresentação dos periódicos do Brasil pelo Pará:

Vemos ali uma gazeta; intitulada Eco do Amazonas ou Telégrafo Paraense. Esta gazeta parece liberal, apesar de medrosa: segundo entendemos, devia instruir mais e infundir a coragem de que precisa um povo tão afligido e tão sangrado pelo despotismo de presidentes danados e comandantes das armas e outros verdugos semelhantes; apesar de tudo, a gazeta é recomendável (*A Luz Brasileira*, 1829a, p. 2).

O mesmo espírito, isto é, explicitar a posição adotada pelos jornais (os “liberais” e os “servis”, segundo a divisão que se produz em função da filiação política), caracteriza os periódicos, fazendo deles pares ou adversários. De um lado, os defensores da independência; e de outro, os que a ela são contrários (“servis”). Assim, no Maranhão estariam, de um lado, *O Farol Maranhense* e *O Observador* (“ambas estas folhas são encaminhadas ao bem da Pátria, espalham Luzes, combatem os abusos”) e, portanto, eram gazetas de “talento e mui recomendáveis no Brasil”; e de outro, *Bandurra* e *Minerva*, “folhas servis, vendidas aos inimigos da nossa Independência e liberdade”. Ainda, sentenciava-se: “Devem ser desprezadas” (*A Luz Brasileira*, 1829a, p. 2).

A Luz Brasileira continuava listando e direcionando suas avaliações: no Ceará, *Gazeta Cearense*; na Paraíba, faz referência à extinta *Paraibana* e à folha que estava em circulação, *Abelha*; em Pernambuco, lista cinco, *Diário de Pernambuco*, *Abelha Pernambucana*, *Constitucional*, *Cruzeiro* e *Amigo do Povo*. Em relação às três primeiras, derrama-se em elogios (do *Constitucional*, por exemplo, diz “gazeta clara e metódica, instrutiva e suculenta e por isso deve ser lida e respeitada por todos”), enquanto para as duas últimas chega a afirmar: “Não são gazetas, são folhas de papel sujo, vendidas ao poder dos nossos inimigos” (*A Luz Brasileira*, 1829a, p. 3). Anuncia, por fim, que “várias cartas de Pernambuco” davam conta que deveria “sair a luz em breve mais duas gazetas intituladas *Gazeta dos Pobres* e *Revista Semanaria*” (*A Luz Brasileira*, 1829a, p. 3-4).

No número seguinte (18 set. 1829), permaneceu desfiando suas impressões sobre os periódicos brasileiros. Agora era a vez da Bahia, onde havia quatro gazetas, sendo uma liberal (*Bahiano*) e três “servis” (*Correio da Bahia*, *Gazeta*

⁷ Além de *A Luz Brasileira*, publicou diagnóstico semelhante, no mesmo ano, o jornal *O Poraqué*, impresso na Tipografia Nacional e Imperial do Maranhão, cujo primeiro número é de 11 de julho de 1829 e que circularia até 10 de setembro daquele ano, com 85 assinantes.

da Bahia e Farol da Bahia). No mesmo número caracterizou as folhas de Minas Gerais: *O Universal*, de Ouro Preto; o *Astro de Minas*, o *Eco do Serro*, todas liberais e que deveriam ser lidas “não só pelos bravos mineiros, mas por todo o Brasil”; e *O Telégrafo* e o *Amigo da Verdade*, “escritas por dois miseráveis absolutistas”, qualificadas ainda como “papéis sujos”, de “fracos conhecimentos”, “valente pedantismo” e de “ruim frase”. Acerca dessas últimas, exortava: “Ninguém deve empregar seu tempo para ler tais papéis, que só servem para embrulhar linguças” (A Luz Brasileira, 1829b, p. 2).

De São Paulo, listou o único periódico em circulação, *O Farol Paulistano*; do Rio Grande, o *Constitucional Rio Grandense* e *Amigo do Homem e da Pátria*; e, por último, os do Rio de Janeiro: “O jornalismo do Rio de Janeiro é notável, quase todo, pela muita verbosidade e pouco suco, ou medíocre instrução, que espalha entre o povo, vício quase geral a todos os escritores, mesmo dados os descontos das circunstâncias apartadas em que se acham” (A Luz Brasileira, 1829b, p. 3).

Em seguida, passou a caracterizar cada um: além do *Diário do Rio de Janeiro*, que “dá notícias de coisas úteis à vida e de certas economias e comodidades particulares”, e do *Correio do Brasil*, qualificado como gazeta francesa, listou mais oito jornais: *Astrea*, *Aurora*, *Malagueta*, *Diário Fluminense*, *Analista*, *Jornal do Commercio*, *Verdade sem Rebuço* e *Eco da Praia Grande*. A descrição pormenorizada de cada periódico e suas filiações ideológicas fazem com que a análise ocupe duas páginas da edição de 18 de setembro e continue na edição seguinte (22 set. 1829). Após a apresentação dos jornais do Brasil, a edição termina com uma síntese ou recapitulação dos periódicos e suas filiações políticas:

Fazendo, pois, uma recapitulação aparece: no Pará um só periódico, que lástima! Em Maranhão dois liberais e dois servis, ou corcundas (a Minerva calou-se segundo dizem). No Ceará hum, que se diz liberal. Na Paraíba hoje nenhum, conforme as notícias; que vergonha! Em Pernambuco três liberais e dois abomináveis servis. Na Bahia um só liberal e três pestíferos corcundas; que miséria da princesa das províncias! Em Minas três liberais e dois malvados. Em São Paulo um só liberal. Em o Rio Grande de São Pedro do Sul dois liberais. No Rio de Janeiro, pondo de parte o *Diário do Rio* e o *Currier du Bresil*, em idioma francês, e entrando em número esta Luz Brasileira, temos cinco livres defensores da Pátria e seus direitos e três autores do despotismo, em demasia servis, sem contar a Verdade sem rebuço, que nos parece indiferente: o que tudo deduzido a termos breves, escrevem no Brasil no dia de hoje dezenove penas liberais [...] e doze penas servis, vendidas ao poder, e animadas por canais ocultos, inimigos da nossa Constituição. Tal é o jornalismo do Brasil, ou antes a nossa desgraça; pois sendo as provinciais dezoito, não descobrimos mais, do que ignorância, e trevas!... (A Luz Brasileira, 1829c, p. 3-4).

Esse esforço para caracterizar a imprensa que circulava por todo o império no fim dos anos 1820 mostra que as posições e adesões políticas dos periódicos no contexto da independência deveriam ser amplamente divulgadas, não só por ser indispensável a tomada de posição, que indicava filiações e aproximações, mas também para que houvesse o movimento de novas adesões, ampliando as redes de lugares políticos de pertencimento. Do ponto de vista de uma história da comunicação, vê-se que havia amplo conhecimento dos periódicos de várias partes do território, revelando trânsitos e circuitos complexos existentes entre eles e os redatores dessas publicações, que sabiam qualificá-las, se alinhavam a elas ou delas se distanciavam e, por meio desse posicionamento, podiam amplificar suas opiniões para que o leitor fizesse uso dos diagnósticos que produziam (Quadro 2).

Quadro 2 – Filiações políticas dos jornais no balanço da imprensa (1829)

Jornais	Território	Filiação política
<i>Eco do Amazonas (Telégrafo Paraense)</i>	Amazonas	Liberal
<i>Farol Maranhense</i>	Maranhão	Liberal
<i>O Observador</i>	Maranhão	Liberal
<i>Bandurra</i>	Maranhão	Servil
<i>Minerva</i>	Maranhão	Servil
<i>Gazeta Cearense</i>	Ceará	Liberal
<i>Paraibana</i>	Paraíba	Servil
<i>Abelha</i>	Paraíba	Servil
<i>Diário de Pernambuco</i>	Pernambuco	Liberal
<i>Abelha Pernambucana</i>	Pernambuco	Liberal
<i>Constitucional</i>	Pernambuco	Liberal
<i>Cruzeiro</i>	Pernambuco	Servil
<i>Amigo do Povo</i>	Pernambuco	Servil
<i>Bahiano</i>	Bahia	Liberal
<i>Correio da Bahia</i>	Bahia	Servil
<i>Gazeta da Bahia</i>	Bahia	Servil
<i>Farol da Bahia</i>	Bahia	Servil
<i>O Universal</i>	Minas Gerais	Liberal
<i>Astro de Minas</i>	Minas Gerais	Liberal
<i>Eco do Serro</i>	Minas Gerais	Liberal
<i>O Telégrafo</i>	Minas Gerais	Servil
<i>Amigo da Verdade</i>	Minas Gerais	Servil

<i>Farol Paulistano</i>	São Paulo	Liberal
<i>Constitucional Rio Grandense</i>	Rio Grande	Liberal
<i>Amigo do homem e da Pátria</i>	Rio Grande	Liberal
<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	Rio de Janeiro	Não qualificada (noticiava “coisas úteis”)
<i>Currier du Brésil</i>	Rio de Janeiro	Não qualificada (“gazeta francesa”)
<i>Astrea</i>	Rio de Janeiro	Liberal
<i>Aurora Fluminense</i>	Rio de Janeiro	Liberal
<i>Malagueta</i>	Rio de Janeiro	Liberal
<i>Diário Fluminense</i>	Rio de Janeiro	Servil
<i>Analista</i>	Rio de Janeiro	Servil
<i>Jornal do Commercio</i>	Rio de Janeiro	Servil
<i>Verdade sem Rebuço</i>	Rio de Janeiro	Indiferente
<i>Eco da Praia Grande</i>	Rio de Janeiro	Liberal

Fonte: primária, com base em *A Luz Brasileira* (1829a, 1829b, 1829c).

Considerações finais

A divulgação da palavra impressa por jornais que se espalharam por todo o território foi fundamental para os debates públicos e a formação de uma cultura política, na década de 1820. Os artigos dos periódicos passaram a ser discutidos nas ruas, levando para um público ampliado informações que circulavam num espaço público em formação e no qual a imprensa desempenhava papel central.

Do ponto de vista de uma interpretação mais geral da imprensa no contexto da independência, concordamos integralmente com Morel (2005b), que afirma ter sido a imprensa, como agente histórico, decisiva para a independência, já que “ampliou espaços de liberdade de expressão e de debate político, que formaram e interferiram no quadro da separação com Portugal e de início da edificação da ordem nacional” (Morel 2005b: 635). A palavra impressa, uma novidade, de maneira extensiva, possibilitava a circulação de ideias, opiniões, informações, conhecimentos, delineando identidades culturais e políticas. Constituiu-se, portanto, como efetivo mecanismo de interferência e, sobretudo, como lugar indispensável para tornar explícitas tomadas de posição, materializando publicamente a formação de grupos identificados por um mesmo ideal.

Não importa se os jornais imprimiam poucos números ou se alguns sobreviveram por muito pouco tempo. O que interessa perceber é a ação, de certa maneira intercambiável, entre debates em torno das dimensões políticas dos

tempos da independência e a proliferação dos periódicos. Não há coincidência: o movimento de tomada de posição política inclui necessariamente a expressão comunicacional sob os mais variados formatos – do oral ao escrito, do impresso ao manuscrito, dos gritos e apupos nos locais públicos às leituras em voz alta –, em que formas mais antigas subsistem nas mais modernas, mas que as mais contemporâneas, eivadas de novidade, se transformam em emblemas daquele tempo.

Os jornais, mesmo traduzindo em suas fórmulas narrativas e expressões que se aproximavam dos modos de fala cotidianos (num jogo de permanências entre o oral e o impresso), era a tecnologia novidade daquela época. Ganhava, portanto, significação complementar expressar os múltiplos debates públicos numa materialidade que indicava, ela também, a chegada de um novo tempo, vislumbrado como horizonte de expectativas.

Referências

- A Luz Brasileira, 15 set. 1829a.
A Luz Brasileira, 18 set. 1829b.
A Luz Brasileira, 22 set. 1829c.
Barbosa, M., *História da comunicação no Brasil* (Petrópolis: Vozes, 2013).
Morel, M., *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)* (São Paulo: Hucitec, 2005a).
Morel, M., Independência no papel: a imprensa periódica. In: I. Jancsó (org.). *Independência: história e historiografia* (São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005b, p. 617-636).
Morel, M.; Barros, M., *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX* (Rio de Janeiro: DP&A, 2003).
Munaro, L. F., A República Lusitana das Letras: um retrato das redes de comunicação dos jornais emigrados no início do século XIX. *Esboços*, Florianópolis, v. 25, n. 39, p. 173-196, jul. 2018. <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2018v25n39p173>
Neves, L. M. B. P., A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Revista Tempo*, Niterói, n. 8, p. 1-17, 1999.
O Conciliador do Maranhão, Maranhão, p. 1, 14 nov. 1821.
O Paraense, Pará, 22 dez. 1822.
Recopilador Sergipano, Sergipe, p. 1, 11 nov. 1833.
Relator Verdadeiro, Pernambuco, p. 1, 13 dez. 1821a.
Relator Verdadeiro, Pernambuco, p. 1, 23 dez. 1821b.
Ribeiro, L. M., *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)* (E-papers, 2004).

Silva, M. N. N., *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade* (Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007).

Sodré, N. W., *História da imprensa no Brasil* (Intercom, EDUPUCRS, 2011).